

CONGREGAÇÃO

ATA

**62^a Sessão Ordinária
de 03.06.2016**

FDRP



1 **ATA DA 62ª SESSÃO DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO**
2 **PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Aos três dias do mês de junho de dois mil e
3 dezesseis, as quatorze horas, na Sala da Congregação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto
4 da Universidade de São Paulo, reúne-se a Congregação da Faculdade de Direito de Ribeirão
5 Preto - FDRP, sob a Presidência do Prof. Associado Umberto Celli Junior, Diretor da Unidade,
6 com a presença dos Professores Associados Thiago Marrara de Matos e Gustavo Assed Ferreira
7 (Presidente da Comissão de Pós-Graduação); dos Professores Doutores Jair Aparecido Cardoso
8 (Chefe do Departamento de Direito Privado e de Processo Civil), Fabiana Cristina Severi
9 (Presidente da Comissão de Cultura e Extensão Universitária), Cíntia Rosa Pereira de Lima
10 (Presidente da Comissão de Pesquisa), Camilo Zufelato, Caio Gracco Pinheiro Dias e Guilherme
11 Adolfo dos Santos Mendes; dos Representantes Discentes da Graduação Renato Grespan
12 Ferrari e Mariana Nascimento Silveira; do Representante Discente da Pós-Graduação André
13 Luis Gomes Antonietto e do Representante dos Servidores Técnicos e Administrativos Rodolfo
14 Cesar Ambrósio de Andrade. Presente, também, a Sr^a. Márcia Aparecida Cruz de Oliveira
15 Bianco, Assistente Técnica Acadêmica, para secretariar a reunião, bem como a Assistente
16 Financeira Gisele Cristina dos Santos que fará uma apresentação sobre a execução
17 orçamentária da Unidade. Justificaram, antecipadamente, suas ausências, os Professores
18 Titulares Antonio Scarance Fernandes, Nelson Mannrich e Amâncio Jorge Silva Nunes de
19 Oliveira, Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, José Lino de Oliveira Bueno; e os
20 Professores Associados Rubens Beçak e Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez. Havendo número
21 legal, o Sr. Diretor inicia a **Parte I. EXPEDIENTE. 1. Discussão e votação da Ata da 61ª**
22 **Sessão da Congregação, realizada em 13.5.2016.** Não havendo manifestações contrárias, a
23 Ata é aprovada, por unanimidade. A **Assistente Financeira Gisele Cristina dos Santos** faz
24 uma apresentação sobre a execução orçamentária do mês de maio de 2016, conforme anexo.
25 Após esclarecimentos sobre a execução orçamentária o Sr. Presidente agradece a presença da
26 Assistente Financeira , bem como dos representantes dos servidores técnicos e
27 administrativos e discente do CTA, que também assistiram apresentação. **2. Comunicações do**
28 **Sr Diretor: a)** Receberam o Of. CODAGE.CIRC/022/2016, de interesse, principalmente, dos
29 funcionários por se tratar de mudanças nas designações e substituições cadastradas desde
30 dezembro de 2014 até a presente data. Esclarece que há um série de estudos que tem sido
31 feitos pela CODAGE e pelo DRH a respeito de mudanças nessas designações e substituições e
32 isso poderá ter um impacto nessa Unidade, e em todas as outras. Comenta que divulgará a



33 circular para os funcionários, para os professores e alunos também. Comenta, ainda, que, como
34 está escrito na circular, o DRH vem discutindo isso com os dirigentes, e até o momento não
35 teve a oportunidade de participar dessas discussões, e quando se inteirar desse assunto irá
36 discuti-lo com os funcionários. **b)** No dia 5.5 aconteceu o Simpósio Prevenção e tratamento do
37 superendividamento, das 18h30 às 20 horas, no Anfiteatro da FDRP organizado pelas
38 Professoras Doutoras Maria Paula Costa Bertran Muñoz e Iara Pereira Ribeiro. **c)** No dia 10.5
39 aconteceu a palestra “Os fundamentos jurídicos do processo de impeachment”, proferida pelo
40 Prof. Titular Newton de Lucca, as 19 horas, no Auditório da FDRP. **d)** No dia 17.5 aconteceu a
41 solenidade de atribuição de nome do Prof. Associado Luciano de Camargo Penteado ao
42 Auditório da FDRP que passou a ser denominado Auditório Prof. Associado Luciano de
43 Camargo Penteado. Na sequência iniciou-se a Jornada de Direito Privado. **e)** No período de 20
44 a 24.5 aconteceu o Simpósio de Pesquisa em Direito da FDRP, cujo objetivo principal é de
45 promover a divulgação de produção científica na área jurídica. O evento foi organizado pelas
46 Comissões de Pesquisa e Pós-Graduação da FDRP. **f)** No dia 23.5 aconteceu o VI SPDA-
47 Seminário de Direito Administrativo, no horário das 13 às 20h30, no Anfiteatro da FDRP, com o
48 tema “Administração Pública, Licitações e Corrupção”, o evento começa com palestras de
49 estudiosos da área e segue para a finalização com apresentação de pesquisas. Evento
50 organizado pelo Prof. Dr. Thiago Marrara de Matos. **g)** No dia 2.6 aconteceu a palestra Espanha:
51 porta da Europa para empresas brasileiras, no Anfiteatro da FDRP. O evento organizado pelo
52 GCARI-RP traz uma palestra do Vice Consulado da Espanha em Ribeirão Preto onde se
53 apresentam as vantagens econômicas e geográficas características do mercado espanhol,
54 apoios, subsídios e incentivos oferecidos pelo Governo Espanhol às empresas brasileiras e aos
55 empreendedores que tenham interesse em internacionalizar-se e ter acesso a um mundo de
56 oportunidades, utilizando a Espanha como destino e porta de entrada para Europa. **h)** Informo
57 aos membros do Colegiado que, conforme deliberado na última reunião, a Sessão está sendo
58 transmitida ao vivo pela IPTV. **3. Palavra aos Senhores Presidentes das Comissões de**
59 **Graduação, de Pós-Graduação, de Cultura e Extensão Universitária, de Pesquisa e de**
60 **Relações Internacionais.** O Prof. Associado Gustavo Assed Ferreira comunica que estão
61 em um momento agudo do processo seletivo da 3ª turma do Programa de Mestrado da
62 Faculdade, estão na etapa das bancas de análise do projeto de pesquisa, e tiveram a grata
63 surpresa de observar que tiveram, novamente, bons candidatos, preparados para ingressar ou
64 permanecer na Faculdade. Diz estar muito animado com esta nova turma e tem certeza que



65 obterá o mesmo ou maior êxito que as turmas anteriores. A **Profª Drª Fabiana Cristina Severi**
66 **informa** que hoje será finalizado o curso de extensão sobre a Abordagem Sociolegal da Lei
67 Maria da Penha, com duração de 5 dias, curso gratuito coordenado pela CCEx. Informa que
68 estão no processo de elaboração de indicadores e instrumentos de coleta de informação das
69 atividades de extensão no âmbito da Unidade para que possam reformular as diretrizes e
70 estratégias de extensão na Faculdade. Reforça o convite para todas e todos e na próxima
71 reunião já terão um esboço de alguns instrumentos de coleta para esse tipo de informação,
72 para que seja feita uma fase diagnóstica da extensão na Unidade. Reforça a ideia de criação de
73 uma comissão de apoio sócio-pedagógico para lidar com a violência de gênero no contexto
74 universitário. Lembra que nas duas últimas reuniões da Congregação já havia enfatizado o
75 assunto e reitera a necessidade da criação de alguma comissão ou alguma instância para
76 debater essa tema e encaminhar as pautas sobre isso. O **Sr. Diretor comenta** que na próxima
77 semana podem conversar sobre o assunto, para que a professora faça suas sugestões sobre a
78 implantação da comissão que considera importante. A **Profª Drª Cíntia Rosa Pereira de Lima**
79 **agradece** a todos pelo apoio recebido em seu Concurso para Livre-Docente. Em relação a CPq
80 diz ter algumas considerações sobre a avaliação institucional que gostaria de colocar para
81 Congregação, e solicitar seu apoio. Comenta que todos sabem que durante a avaliação
82 institucional passaram alguns meses debruçados sobre os formulários, onde respondiam
83 através de informações colhidas junto aos Departamentos. Diz que o avaliador considerou que
84 a Faculdade de Direito de Ribeirão Preto está aquém dos centros de pesquisa de qualidade da
85 USP e um dos motivos apontados foi de que, apesar de constar na missão e visão da Faculdade
86 as atividades da pesquisa são insipientes e informam que no período ao qual se refere a
87 avaliação os docentes da Unidade receberam vinte e dois auxílios individuais de pesquisa
88 FAPESP e um auxílio junto ao Conselho Nacional de Justiça. Lembra que foram recebidos
89 auxílios da Pró-Reitoria de Pesquisa pelos Programas Novos Docentes, Projeto 1, Cooperação
90 Internacional e o NAP. Comenta que informaram de maneira bem detalhista todos os
91 elementos para que essa avaliação fosse feita de maneira séria. Considera que não são
92 insipientes se compararem esses índices com outras instituições da USP, ainda mais pela
93 Faculdade ser jovem. Comenta que o avaliador continua dizendo que se notam os primeiros
94 esforços nesse sentido, mas falta um Programa de Pós-Graduação qualificados e a não há
95 política efetiva na obtenção de recursos. Considera que uma coisa é avaliar a pesquisa e outra é
96 avaliar a pós-graduação e a sua pesquisa. Considera, ainda, ser óbvio que uma Unidade que



197 ainda não tem um curso de Pós-Graduação implementado isso não deve ser levado em
198 consideração para a avaliação. Comenta, em relação a ausência de política efetiva para
199 obtenção de recurso, sobre essa questão a comissão informou que auxiliar os professores na
200 gestão de projetos aprovados por agência externa através do funcionário Eder Gonçalves de
201 Pádua, bem como na prestação de contas e relatório científico. Lembra que o funcionário
202 informa os professores sobre os editais que são publicados em relação a pesquisa, e considera
203 isso uma política efetiva com relação a falta de internacionalização, este também é um outro
204 item da avaliação institucional que não está relacionado a pesquisa, e ainda que estivesse, a
205 Faculdade tem demonstrado muitos avanços, inclusive na internacionalização, que foi avaliada
206 em sexto lugar no projeto Aucani para duplo diploma, com uma disciplina da Graduação
207 ministrada em inglês. Considera que se a internacionalização fosse importante para pesquisa
208 isso deveria ser levado em conta. Comenta que o avaliador sênior conclui que a Faculdade
209 ainda está muito imatura na área de pesquisa. Considera que não podem se conformar com
210 isso, pois, muitos alunos da Faculdade foram premiados com menção honrosa no SICUSP e há
211 uma participação intensa dos alunos apresentado trabalhos com bolsa fomentada. Comenta
212 que, em números absolutos a Faculdade de Direito de Ribeirão Preto já supera a Faculdade de
213 Direito do Largo São Francisco. Comenta, ainda, que não satisfeito com a falta de metodologia,
214 o avaliador classifica a Faculdade em uma categoria D, que são referentes a instituições que
215 não forneceram informações. O avaliador comenta que a Faculdade de Direito do Largo São
216 Francisco em sua autoavaliação não foi informativa, pois, não preencheram quase nada, e as
217 respostas são vagas. O avaliador declara que fez pesquisas próprias sobre a Pós-Graduação da
218 Faculdade de Direito do Largo São Francisco por meio de mecanismos de busca na internet, e
219 pode constar que há muita pesquisa de qualidade realizada pelos docentes da referida
220 Faculdade, nas várias áreas do Direito, com publicações relevantes e de impacto. Considera que
221 no formulário da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, a CCEX indicou várias publicações dos
222 docentes, inclusive como discentes, e sabem que agora vai ser lançado o livro da Faculdade.
223 Deseja o apoio da Congregação para repudiar esse parecer por falta de metodologia científica,
224 até porque o avaliador aponta que a metodologia foi a autoavaliação, que está incompatível.
225 Esclarece que a Faculdade foi classificada na categoria C, sendo que na B, que na sua opinião, se
226 encaixaria a FDRP, pois são unidades em fase progressiva de conquista de objetivos, ainda sem
227 maturidade plena e competitividade internacional. Considera que essa seria a classificação
228 ideal, pois a FDRP é uma Unidade nova, em fase de consolidação. Cita que o avaliador faz uma



129 ressalva ao final de sua avaliação, onde explica que as Unidades classificadas com C são
130 imaturas e o avaliador considera que será uma questão de tempo que se afirmem como centros
131 geradores de pesquisa. Reitera que este parecer está falho em vários pontos quanto a
132 metodologia, quanto a fidelidade das informações fornecidas pela FDRP, e lhe parece
133 inconcebível terem passado dois meses preenchendo formulários, traduzindo para o Inglês e
134 outra Unidade que não preenche nada e em busca na internet já supre essa falha. Considera,
135 ainda, que a Pró-Reitoria e a Comissão Permanente de Avaliação devem pensar melhor na
136 escolha dos avaliadores seniores, que devem ser pessoas sérias e comprometidas com o que
137 forem avaliar, e esses próximos avaliadores devem ser escolhidos com maior cautela. O **Sr.**
138 **Diretor comunica** que na segunda-feira aconteceu a visita da Comissão Permanente de
139 Avaliação e foi, justamente, durante esse reunião que surgiu esse assunto. Esclarece que essa
140 reunião teve o propósito de solicitar a FDRP que se manifestasse a respeito do relatório dos
141 avaliadores externos. Comenta que a partir das críticas feita à Faculdade, de alguma forma,
142 sistematizem os formulários e definam suas metas para os próximos anos e consolidar seus
143 comentários e posturas a partir desse relatório. Lembra que durante a reunião sugeriu que os
144 Professores Associados Thiago Marrara de Matos e Alessandro Hirata fossem os relatores e
145 também representantes da Unidade nesse processo. Pede a Prof^ª Dr^ª Cíntia Rosa Pereira de
146 Lima que também participe, e informa que o prazo para entrega do relatório é de quarenta e
147 cinco dias a partir de 30.5.2016. Considera uma oportunidade deles fazerem essas
148 ponderações que a professora acaba de elencar. Diz que tomaram ciência desse relatório e esse
149 é uma oportunidade de manifestarem sua insatisfação com essa análise. A **Prof^ª Dr^ª Cíntia**
150 **Rosa Pereira de Lima comenta** que a CPG e a CPq uniram esforços para a realização de um
151 evento e a oportunidade de publicação dos alunos de trabalho excelentes, inclusive com
152 abstracts de linhas e títulos em inglês, o que ressalta a importância da internacionalização na
153 FDRP. Parabeniza os alunos, aos colegas docentes que participaram como coordenadores de
154 mesa. Informa que serão publicados os artigos e os coordenadores de mesas coordenarão os
155 livros temáticos que serão publicados e disponibilizados gratuitamente no site da CPq. O **Prof.**
156 **Associado Alessandro Hirata comenta** que teve uma aluna apresentando seu trabalho via
157 *Skype®* da Alemanha, bolsista da FDRP, o que mostra a internacionalização da pesquisa
158 também. Informa que pela primeira vez na Faculdade haverá uma reunião para os alunos que
159 conseguiram vagas de intercâmbio, tanto em editais da Unidade, como em editais da Aucani.
160 Esclarece que essa reunião é para orientações quanto a saída dos estudantes, tendo em vista



161 que a Faculdade está com intercambiários em número considerável. O **Sr. Diretor comenta**
162 que no dia 17.5 recebeu um telefonema do Prof. Massato do Departamento de Direito
163 Internacional e Comparado da FD, em que ele solicitava que divulgassem na FDRP uma bolsa
164 que seria dada a um dos alunos da Faculdade para integrar uma comitiva que irá ao Japão e
165 participará de uma solenidade no país. Considera que é uma boa notícia. O **Prof. Dr. Caio**
166 **Gracco Pinheiro Dias diz** que poderiam começar a convidar professores também. O **Sr.**
167 **Diretor considera** oportuna a observação do Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias, pois,
168 lembrou que o Prof. Massato tem realizado isso já há algum tempo, e tem convidados
169 professores da FD para integrarem essa comitiva. O **Prof. Associado Alessandro Hirata**
170 **comenta** que já foi convidado. **4 - Palavra aos Senhores Membros. O Representante**
171 **Discente da Pós-Graduação André Luís Gomes Antonietto agradece** a apresentação feita
172 pela Assistente Técnica Financeira. Considera importante o trabalho que o Diretor tem
173 realizado no sentido da transparência ativa, de implementação dessas exigências legais da lei
174 de acesso a informação. Considera que nesse requisito a Unidade tem feito um ótimo trabalho.
175 Reconhece que a possibilidade da análise da execução orçamentária é muito válida para a
176 comunidade acadêmica como um todo. Pondera ser muito interessante o modo como a
177 Faculdade tem levado o lado da transparência administrativa, e além desta é importante que
178 haja mecanismos de transparência das informações que não são obrigatoriamente divulgadas,
179 mas que ainda sim são públicas. Considera, ainda, muito importante, no âmbito da Unidade, a
180 facilidade com que se tem acesso aos chefes e servidores em geral que, pela lei, devem prestar
181 informações que são públicas dentro dos critérios de razoabilidade da administração pública,
182 pois, diz que tem um contato muito bom com os servidores, professores e direção, e esse
183 diálogo é muito importante para avançarem na construção das políticas da própria Unidade.
184 Pergunta aos chefes de departamento em relação tramitação do Projeto Político Pedagógico
185 nos departamentos. Esclarece que o texto já foi recebido pela CG, a informação que tem é que já
186 foi encaminhado aos departamentos para tramitação. Julga importante trazer para o Colegiado
187 o repasse da tramitação, no sentido de diminuir alguns ruídos de comunicação que podem ser
188 esclarecidos com uma exposição mais aberta de como o processo está tramitando nos
189 departamentos. Considera que o principal nesse momento é de que os dissensos existentes em
190 um processo tão amplo quanto esse de revisão do projeto político pedagógico, sejam bem
191 delimitados e delineados para que possam ser deliberados com maior qualidade pelos
192 Colegiados. Reitera que gostaria, por partes dos representantes dos departamentos presentes,



193 desse repasse sobre a questão do Projeto Político Pedagógico. O **Prof. Associado Alessandro**
194 **Hirata esclarece** que o DFB foi comunicado, salvo engano, no dia 23.5, e marcaram a reunião
195 para o dia 9.6., em que o ponto é o Projeto Político Pedagógico. Diz que o seu encaminhamento
196 foi de enviar os arquivos digitalizados do projeto com o pedido para os docentes do
197 departamento no sentido de que, eventualmente, trouxessem em forma de destaques qualquer
198 tipo de sugestão para que seja facilitada a discussão. Como foi solicitado pela CG a maior
199 celeridade possível, diz que tem o receio de que se começasse uma discussão sobre os mais
200 determinados temas e que não se chegasse a uma posição em uma reunião, o que dificultaria
201 esse questão no mês de junho, pois não há tempo hábil para outras reuniões. Comenta que
202 serão votadas todas as sugestões e aquelas que aprovadas pelo Conselho Departamental serão
203 encaminhadas para a Congregação que será a próxima instância decisória. O **Prof. Dr. Jair**
204 **Aparecido Cardoso comenta** que o Departamento de Direito Privado e de Processo Civil já
205 agendou sua reunião para o dia 7.6, e o encaminhamento está próximo ao que o Prof. Associado
206 Alessandro Hirata colocou, de forma ampla e objetiva e se houver aprovação será
207 encaminhada. O **Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias comenta** que existe uma reunião
208 marcada para o dia 17.6 no Departamento de Direito Público para discutir o Projeto Político
209 Pedagógico. Como participante da Comissão que revisou o projeto, e tendo participado desde o
210 começo da elaboração do novo projeto, externa uma preocupação em relação a mudança na
211 tramitação do projeto que previa uma análise pelos departamentos conjuntamente, de tal
212 maneira que a coerência do projeto e os eventuais problemas que as definições de um
213 departamento possam ter nas definições de outro departamento pudessem ser definidas de
214 maneira conjunta e eventuais problemas do projeto pudessem ser sanados de maneira coletiva.
215 Esclarece que a preocupação da comissão é que depois de dois anos de trabalho essa análise
216 seja fracionada nos departamentos e que prevaleça, na avaliação do projeto, uma visão mais
217 atomística departamental que vá revelar novamente a inadequação da divisão departamental
218 da Faculdade. Comenta que a Faculdade tem um Curso de Direito que se divide em três
219 departamentos e seria desejável que estes tivessem uma harmonia na condução desse projeto.
220 Considera que a análise separada pelos projetos nos departamentos sempre lhe pareceu
221 inadequada do ponto de vista procedimental. Considera, ainda, que uma eventual avaliação
222 negativa por um departamento em relação ao projeto seria um veto ao projeto na Unidade
223 como um todo. Considera, também, que esta questão não está clara em relação à maneira como
224 os departamentos vão avaliar o projeto agora. Diz saber quanto o veto pode ser problemático



225 em procedimento de tomada de decisão, principalmente em decisões que são politicamente
226 importantes como é o Projeto Político Pedagógico. O **Sr. Diretor diz** lembrar-se de que a ideia
227 realmente era de que houvesse uma discussão conjunta de departamentos, e não entendeu em
228 que momento houve essa alteração de procedimento. O **Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias**
229 **esclarece** que essa alteração aconteceu quando foi encaminhada a minuta de projeto final aos
230 departamentos com o pedido da comissão de que fosse marcada uma reunião conjunta dos
231 departamentos para a deliberação e foi levantada a questão da ausência de previsão regimental
232 para uma reunião interdepartamental. Considera que outro ponto que lhe parece razoável, e
233 deve ser previsto, é o fato de em uma reunião interdepartamental, com dois departamentos
234 contendo 16 e 15 docentes e um outro com 8, efetivamente, em uma votação individual o DFB
235 teria problemas numa participação igualitária com departamento. Diz entender esses
236 problemas, mas vendo o projeto como da Unidade e não dos departamentos, mas externa sua
237 preocupação de que, eventualmente, tenham criado um procedimento que poderá significar,
238 dependendo de como for avaliado o Projeto Político Pedagógico, em um veto departamental
239 determinará a mudança do projeto. Considera que isso a longo prazo inviabilizará qualquer
240 mudança no Projeto Político Pedagógico da Faculdade, na medida em que um departamento
241 sozinho, seja ele qual for, possa ter, na medida da discordância sobre o projeto, o poder de veto
242 sobre a mudança do projeto. Considera que a aprovação pelos departamentos nesse momento
243 deveria ser mais no aspecto formal, pois já houve a participação de todos. O **Prof. Associado**
244 **Thiago Marrara de Matos diz** que gostaria de fazer um pedido em relação ao Projeto Político
245 Pedagógico, pela Comissão de Estágios, pois, a tendência é de que os departamentos foquem as
246 discussões da estrutura de disciplinas e seus conteúdos, mas gostaria de pedir aos
247 representantes dos departamentos que pensassem na questão do estágio. Esclarece que o
248 Projeto veio com o estágio vinculado à disciplina, e estão perdendo muita flexibilidade no
249 estágio por conta dessa vinculação com o sistema Júpiter, porque o aluno precisa fazer
250 matrícula, o calendário da Comissão de Estágio tem que seguir o calendário da Graduação.
251 Diante de um consenso na Comissão de Estágio pode afirmar que o estágio deve permanecer da
252 maneira como está no projeto, simplesmente com a alteração formal de não ter vinculação com
253 a disciplina para cumprir a carga horária. Esclarece que os alunos cumpririam um mesmo
254 número de horas. Reitera que gostaria que discutissem essa proposta da Comissão de Estágios
255 sobre esta questão. O **Prof. Associado Alessandro Hirata diz** que se compromete
256 pessoalmente a fazer essa proposta no departamento como seu destaque, pois faz todo o



257 sentido a proposta da Comissão de Estágios. O **Prof. Dr. Camilo Zufelato observa** que lhe
258 parece que Projeto Político Pedagógico é o processo mais importante nessa Unidade, faz mais
259 de dois anos que discutem isso na Unidade, houve um processo exemplar no sentido de
260 abertura democrática à participação e construção de um projeto. Destaca a dedicação que os
261 alunos tiveram a essa iniciativa, e não estarão diante de uma proposta de projeto perfeita, e
262 haverá uma série de problemas que serão apontados nas reuniões de departamento, na
263 Congregação e em processos futuros. Comenta que a sua preocupação é de que tentem
264 entender quais são os problemas centrais e emergenciais necessária para a decisão nesse
265 momento e deixem para um segundo momento, se for o caso, alterações que não
266 comprometam aquilo que for essencial de ser alterado nesse momento. Considera essa questão
267 do estágio, que já foi discutida longamente na Comissão de Estágios, e foi membro da Comissão
268 *ad doc* do Projeto Político Pedagógico, e esclarece que isso só não foi concretizado porque
269 tiveram uma informação administrativa equivocada de que não poderia, mas isso é possível, e
270 esse é ótimo exemplo para mostrar que não compromete em nada aquilo que pode ser
271 alterado. Esclarece que se aprovarmos o projeto como está hoje, em ato contínuo é possível
272 fazer uma alteração em umas série de outras questões. Sugere que, quando acontecerem estas
273 discussões nos departamentos, que se pense no histórico de dois anos de construção de um
274 projeto, na oportunidade de participação de todos e que não se apeguem a questões que
275 parecem menos importantes ou pontuais, para deixarem de dar um passo mais importante
276 rumo à legalidade, pois o projeto atual está eivado de problemas, quais se comprometeram a
277 resolver. Diz que existe um calendário para aprovação disso na Unidade, e deve ser enviado o
278 quanto antes para a Pró-Reitoria de Graduação. A **Prof^a Dr^a Fabiana Cristina Severi reforça**
279 o que os seus colegas já disseram, no sentido de sensibilizar os chefes de departamento. Diz
280 que sua expectativa é que na próxima reunião de Congregação, em agosto, já estejam com esse
281 projeto para discussão e aprovação. Considera que um Projeto Político Pedagógico não se
282 reduz a uma grade curricular. Ressalta que todas as pessoas que participaram sabem quanto
283 enfatizaram que o debate não se reduzisse a grade curricular. Esclarece que no projeto há a
284 descrição de objetivos, perfil do egresso, diretrizes e políticas de ensino pesquisa e extensão
285 bem definidas. Comenta que todas essas ações dependem do que está consolidado no Projeto
286 Político Pedagógico, e também há uma série de desajustes do atual projeto em relação a
287 legislação e diretrizes nacionais em ensino em Direito. Esclarece que esse novo projeto saneia
288 quase que a totalidade desses desajustes, coisas que já foram apontadas no primeiro processo



289 de reconhecimento de curso, junto a OAB, depois no Conselho Nacional de Educação, e agora
290 com a avaliação da USP. Comenta que a expectativa agora é que o novo projeto resolva essas
291 questões que já foram apontadas por órgãos de avaliação. Considera um compromisso muito
292 grande, e a não aprovação disso em tempo hábil, para que façam valer esse projeto no ano que
293 vem, sendo que os discentes fizeram sua parte além do que deviam fazer, e a comunidade
294 docente estará ensinando que participação, envolvimento, interação, diálogo e debate não
295 servem para nada em termos de construção de deliberações democráticas. Comenta que vão
296 continuar falando em democracia na sala de aula e tomando decisões que desrespeitam o
297 processo democrático. O **Prof. Dr. Camilo Zufelato solicita** ao Colegiado a inclusão de pauta
298 de um item que é uma decorrência de uma reunião e deliberação informal que foi feita hoje
299 pela manhã por um grupo de docentes, em respeito a proposta da Reitoria de criação de uma
300 Comissão Permanente de Avaliação. O **Sr. Diretor consulta** o Colegiado quanto a inclusão
301 sugerida pelo Prof. Dr. Camilo Zufelato. **A Congregação delibera pela inclusão do item na**
302 **pauta. O Sr. Diretor inicia a Parte II - ORDEM DO DIA. 1. RELATÓRIO BIENAL DE**
303 **ATIVIDADES DOCENTES. 1.1. PROCESSO 2010.1.28.89.6 - FLAVIA TRENTINI.** Relatório
304 Bial de Atividades Docentes, apresentado pela interessada, referente ao período de
305 2014/2016. Aprovado *ad referendum* do Conselho do Departamento de Direito Privado e de
306 Processo Civil em 9.5.2016, como base no parecer favorável do relator Prof. Dr. Jonathan
307 Hernandes Marcantonio. **Parecer do relator**, Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos
308 Santos Coelho, pela Congregação, opinando favoravelmente ao relatório bial de atividades
309 docentes, apresentado pela interessada, referente ao período de 2014/2016. **A Congregação**
310 **aprova, por unanimidade, o parecer do relator, favorável ao Relatório Bial de**
311 **Atividades Docentes, apresentado pela interessada, referente ao período de 2014/2016.**
312 **1.2. PROCESSO 2011.1.658.89.0 - JONATHAN HERNANDES MARCANTONIO - PAUTA**
313 **SUPLEMENTAR.** Relatório Bial de Atividades Docentes, apresentado pelo interessado,
314 referente ao período de 2014/2016. Aprovado *ad referendum* do Conselho do Departamento
315 de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas em 9.5.2016, como base no parecer favorável do
316 relator Prof. Dr. Gustavo Saad Diniz. **Parecer do relator**, Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias,
317 pela Congregação, opinando favoravelmente ao relatório bial de atividades docentes,
318 apresentado pelo interessado, referente ao período de 2014/2016. **A Congregação aprova**
319 **por unanimidade, o parecer do relator, favorável ao Relatório Bial de Atividades**
320 **Docentes, apresentado pelo interessado, referente ao período de 2014/2016. 2.**



321 **RECRENCIAMENTO CERT. 2.1. PROCESSO 2012.1.274.89.9 - JONATHAN HERNANDES**
322 **MARCANTONIO.** Solicitação de recrenciamento junto à CERT - Comissão Especial de
323 Regimes de Trabalho, formulada pelo interessado. Aprovada *ad referendum* do Conselho do
324 Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas em 9.5.2016, como base no parecer
325 favorável da relatora Prof^ª Dr^ª Maria Paula Costa Bertran Muñoz. **Parecer do relator**, Prof. Dr.
326 Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, pela Congregação, opinando favoravelmente a
327 solicitação de recrenciamento junto à CERT, formulada pelo interessado. **A Congregação**
328 **aprova, por unanimidade, o parecer do relator, favorável à solicitação de**
329 **recrenciamento junto à CERT - Comissão Especial de Regimes de Trabalho, formulada**
330 **pelo interessado. 3 CARREIRA DOCENTE. 3.1. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DOCENTE.**
331 Alterações na carreira docente e sistema de avaliação. O **Sr. Diretor esclarece** que se trata de
332 uma proposta que foi encaminhada pela administração central sobre a progressão e avaliação
333 da carreira docente. Comenta que hoje de manhã, seguindo a recomendação dessa proposta,
334 um grupo de professores convocados previamente se reuniu para discutir essa proposta de
335 avaliação e progressão na carreira docente, assim como fizeram outras unidades. Lembra que a
336 proposta veio com a ressalva de que não seria objeto de deliberação da Congregação e estes
337 formas os termos do encaminhamento dessa proposta. Lembra, também, que no dia 7.6 as 14h
338 no Espaço de Eventos - Bloco Didático da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto vai haver
339 uma reunião da comunidade docente de Ribeirão Preto com a Dr^ª Maria Paula Dallari, que virá
340 discutir as propostas iniciais de diplomas normativos relativos a avaliação institucional e
341 docente na Universidade. Esclarece que a comunicação veio do Presidente do Conselho Gestor
342 do *Campus* de Ribeirão Preto, aberta a todos os docentes para as palestras a serem proferidas.
343 O **Prof. Dr. Camilo Zufelato esclarece** que está em pauta uma proposta de alteração nos
344 mecanismos e estrutura de avaliação docente. Hoje, como todos sabem, a avaliação é feita
345 inicialmente pelo departamento, passando pela Unidade e chega até a CERT. Considera que
346 existem alguns problemas, mas isso ainda é um pouco nebuloso. Esclarece que na próxima
347 semana será apresentada uma reestruturação nesses órgãos de controle e a avaliação do
348 docente será feita de maneira concentrada pela Comissão Permanente de Avaliação instituída
349 na Reitoria e composta por membros indicados pelo Reitor. Considera que isso altera
350 drasticamente essa avaliação parcial e isso impacta na questão de recurso, do órgão julgador
351 ter uma certa proximidade do avaliado e uma série de problemas dessa natureza. Esclarece que
352 a Reitoria afastou a deliberação desse assunto das Congregações, mas os professores poderão



353 se reunir e deliberar algo nesse sentido. Comenta que foi enviado um email pela Diretoria da
354 Faculdade a todos os docentes e hoje pela manhã foi realizada uma reunião na Unidade. Diz
355 que durante a reunião foi verificado que além dos problemas que se relacionam com o controle
356 e decisionismo que viria dessa decisão afastaria a própria unidade das avaliações do docente,
357 talvez o problema mais drástico dessa proposta é que não teriam nenhum levantamento que
358 indiquem quais são os problemas concretos que querem solucionar com essa proposta de
359 avaliação. Considera que pode ser que exista problemas na avaliação tal como é realizada hoje,
360 mas são simplesmente suposições, portanto, não podem se posicionar em relação a qualquer
361 proposta concreta sem antes ter um diagnóstico dos problemas a serem solucionados.
362 Esclarece que não existe nenhuma proposta desse grupo de docentes que se reuniu hoje de
363 manhã de ser contrário a essa avaliação dos docentes. Considera que é necessário que haja
364 avaliação, mas em primeiro lugar, que haja um diagnóstico sobre os verdadeiros problemas,
365 em segundo lugar identificar, através desses diagnósticos a construção de uma política muito
366 mais democrática para encontrar a solução desse novo órgão que fará a avaliação, se for o caso
367 de um novo órgão. Considera, ainda, que um terceiro elemento seria a criação de critérios
368 objetivos de avaliação, e essa é uma questão que já vem sendo discutida há muito tempo por
369 vários docentes dessa própria Unidade. Comenta que não podem dar uma carta um branco
370 para um órgão instituído dessa maneira para avaliar docentes, que muitas vezes são de áreas
371 completamente diferentes desses examinadores, sem ter um critério objetivo para aplicar.
372 Esclarece que o que deliberaram hoje a noite, com esse contexto de falta de diagnósticos, para
373 identificar os verdadeiros problemas. Entenderam pela reprovação total dessa proposta e o
374 encaminhamento para que esta Congregação, se entender dessa maneira, se posicione sobre
375 essa proposta que vem da Reitoria. A **Prof^a Dr^a Fabiana Cristina Severi** comenta que há
376 várias unidades que se manifestaram coletivamente, seja via Congregação ou não, mas que
377 fizeram a indicação de rejeição na totalidade, da proposta em debate. Considera importante
378 esclarece o porque da totalidade. Esclarece que já avançaram, e tem *know how* dentro da
379 própria Universidade, em formulações de propostas de participações democráticas para a
380 construção de decisões públicas e esse formato de abrir a palavra aos docentes de forma geral
381 e que mandem sugestões pontuais lhe parece uma das maneiras menos qualificadas para
382 propiciar esse tipo de interação entre a comunidade e a Reitoria para a construção da proposta.
383 Dessa forma, considera que o problema seria, por exemplo, se tem dez mil sugestões, qual será
384 o procedimento para fazer a coleta de qual será adotada para poder decidir qual será a



385 formulação final. Considera, ainda, que fica tudo muito vago quando se chama uma
386 comunidade para fazer sugestões pontuais e ao final se escolhe três ou quatro e pronto.
387 Comenta que se garante uma legitimidade democrática, pois se abriu para fala, mas de um jeito
388 bastante problemático, seria um espetáculo de participação e não uma participação. Esclarece
389 que a rejeição na totalidade não significa que a comunidade, as unidades e Congregação que já
390 se manifestaram são contrárias a um sistema de avaliação, a contrariedade diz respeito ao
391 processo e também a questões críticas ao conteúdo. Esclarece, ainda, que essas críticas, na
392 verdade são anteriores ao processo, e o que se espera é um processo legítimo em termo de
393 participação dos vários atores e com base em um diagnóstico real, que seja demonstrado qual é
394 o real problema na carreira docente ou quais são os problemas, o porque e como essa proposta
395 resolve. Diz que se não tiverem nenhuma documentação nesse sentido não tem como avançar
396 no debate. Cita a própria Dr^a Maria Paula Dallari, em seu livro Direito Administrativo e
397 Políticas Públicas vale os próprios aprendizados que ela trouxe para eles, pois na página 147
398 diz que a cultura da administração pública nacional prestigia a edição de normas,
399 especialmente leis com manifestação de uma autoridade que exita em tomar medidas
400 concretas de coerção. No lugar de aplicar leis existentes editam-se novas, mais e mais e estas
401 também não se cumprem o que resulta em um círculo vicioso de ineficácia legal, configurando
402 uma apresentação no mínimo peculiar do principio da legalidade. Considera ser um novo ato
403 administrativo que não diz a que vem, é mais um que para o entendimento da maior parte da
404 unidades da USP pode cair na ineficácia ou na perseguição, na forma como está posto, para
405 vulnerabilizar direitos da categoria docente. Cita mais um trecho do livro da Dr^a Maria Paula
406 Dalari que diz que é preciso construir soluções técnicas e institucionais, ao menos tempo
407 simples e complexas, na linha dos paradoxos apontados pelos teóricos do Direito autopoético.
408 Simples na medida em que se permite a interação dos atores sociais sem a mediação de um
409 aparato institucional suscetível de apropriação pelas camadas preparadas da sociedade e
410 complexa enquanto possibilite ao mesmo tempo que esse aparelho institucional efetue a
411 promoção equalizadora da comunicação necessária para que se complete o processo de
412 relacionamento entre as várias partes do mosaico social. Indivíduos de classes sociais opostas,
413 grupos sociais com interesse divergentes, partidos competidores, organizações e desse
414 relacionamento resulte uma ação politicamente coordenada e socialmente útil. Cita mais um
415 último trecho que diz: O elemento político, não no sentido partidário, mas no sentido da
416 relação da comunidade com o poder presente no cotidiano da vida governativa e



417 administrativa deve ser reconhecido pela prática do Direito Administrativo, tanto no processo
418 de definição do interesse público, como na sua execução, o que constitui o campo de ação de
419 uma política pública. O **Sr. Diretor indaga** ao Colegiado qual o encaminhamento que o
420 Colegiado pretende dar a esse assunto. Lembra que existe a possibilidade dessa manifestação
421 ser feita na próxima terça-feira. Reitera o convite para que os professores estejam presentes,
422 que é muito importante. O **Prof. Dr. Camilo Zufelato considera** que a presença dos
423 professores na reunião é muito importante, mas o peso simbólico de uma moção da
424 Congregação é muito maior que essa presença pontual, pois não sabe qual vai ser a
425 possibilidade de dialogar nesse momento. Reitera que essa foi a linha do que os professores da
426 unidade discutiram na reunião da manhã. Diz que mantém a proposta de moção com base nos
427 fundamentos que levantaram aqui. O **Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias reconhece** que a
428 questão é de alteração regimental e não passa por deliberação das unidades, mas considera
429 que é uma moção de discordância da Faculdade em relação a um procedimento que foi adotado
430 para uma alteração que é tão importante para o funcionamento da Unidade, e o processo que
431 foi adotado ficou claro, e tem sérios problemas. Considera, ainda, que com essa própria
432 chamada de colaboração da comunidade fica muito nebuloso saberem como essas sugestões e
433 críticas vão ser consideradas. Lembra que a última vez que isso foi feito quando tiveram o
434 processo de discussão sobre a alteração de estrutura de poder na USP, também foi pedido pela
435 comissão especial que fossem enviadas sugestões, e nunca houve um *feedback* sobre como
436 essas sugestões foram atendidas, e simplesmente recebiam novos documentos que
437 pretensamente incorporavam essas sugestões e no final o processo de discussão foi
438 interrompido por uma decisão do Reitor em represália a uma manifestação de um grupo que
439 pleiteava algo totalmente distinto. Considera que esse tipo de procedimento absolutamente
440 imprevisível, inclusive do ponto de vista de tomada de decisão, do ponto formal lhe parece
441 mais complicado. Em uma Faculdade de Direito, onde há professores de Direito Administrativo
442 e Constitucional, considera importante a manifestação da Faculdade, já que na FD não vai
443 haver essa manifestação. Considera, ainda, que devem se posicionar em relação a esse processo
444 também. O **Prof. Associado Thiago Marrara de Matos diz** que não participou da reunião de
445 manhã, mas leu o material e conversou com alguns docentes. Considera que a sugestão do Prof.
446 Dr. Camilo Zufelato é bastante interessante, pois, toda vez que se fala de uma alteração, mesmo
447 que normativa, embora não seja um ato administrativo, mas um ato normativo, é fundamental
448 que haja motivos. Considera, ainda, que a sugestão dos professores é que saibam os motivos



449 dessa reforma e qual o diagnóstico pelo qual está sendo reformado. Comenta que efetivamente
450 há aspectos que lhe chamam a atenção. Considera, também, que deveria ficar claro em algum
451 documento explicativo, motivando essa proposta, e esse é o pedido dos professores que lhe
452 parece muito legítimo. Comenta que há insegurança jurídica dos docentes em relação a
453 avaliação. Diz que é extremamente favorável à avaliação, mas concorda plenamente que há
454 grande insegurança na Universidade, pois, os docentes não sabem quais são os critérios de
455 avaliação. Comenta que alguns colegas da Faculdade foram reprovados sem saber o que a
456 Universidade espera deles, e já reprovaram, na Faculdade, casos muito gritantes em que,
457 efetivamente o docente não havia exercido nenhum tipo de atividade e conseguiram reprovar.
458 Além de apoiar a moção, sugere que devem dar alguns exemplos em estabelecer critérios.
459 Considera que estão fazendo como a Reitoria faz, pois fazem as avaliações dos seus colegas sem
460 critério, e cada professor usa seu próprio critério. O **Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias**
461 **considera** que desta forma entram em outro problema relativo a avaliação do docente que já
462 foi ressaltado em várias conversas entre eles, que se trata do fato da avaliação docente ser
463 sempre feita a partir de uma atuação individual, completamente desconectada de um
464 inexistente projeto de atuação, tanto do departamento, quanto da unidade. Reitera a questão
465 do Projeto Político Pedagógico, onde os projetos dos departamentos são inexistentes, e não
466 tem metas para os próximos anos, do ponto de vista de qualificação de pessoal, produção
467 intelectual, pautas de pesquisas departamentais. Pergunta como se pode avaliar um trabalho
468 institucional do docente, se institucionalmente o docente não tem uma missão a desempenhar.
469 Comenta que na hora da avaliação, esta é sempre feita de números frios, que são vistos de fora,
470 e a colaboração que os docentes são em uma determinada área é absolutamente desconsidera
471 porque na interpretação dos avaliadores, as vezes indicados para aquela função, determinadas
472 dimensões da atuação docente não devem ser valorizadas e outras devem. Considera que o
473 problema também esta relacionado com a falta de projetos departamentais, a falta de projetos
474 que possam dirigir a atuação dos docentes, não no sentido stalinista, mais no sentido de
475 fornecer uma diretriz. Diz que sua preocupação com o projeto de avaliação que vem da
476 Universidade é que ao deslocar a avaliação docente para uma comissão central, esta passa por
477 cima da autonomia dos departamentos e das Unidades na avaliação dos seus docentes.
478 Considera que o que deveria ser feito se existe um problema na avaliação, a administração
479 central não deve se arrogar na posição de departamento e Unidade para avaliar
480 individualmente o docente, mais ter coragem de avaliar as unidades e departamentos, e isso



481 não é feito. A **Prof^a Dr^a Fabiana Cristina Severi** considera que ao invés de usar as estratégias
482 já previstas para resolver um problema estão criando outra lei para resolver um problema que
483 não foi criado por aquela prevista nas estratégias e caem em um ciclo vicioso. Considera que o
484 Projeto Político Pedagógico, as comissões e os departamentos devem traçar sua política de
485 diretrizes da unidade, e depois colocam a questão da avaliação dentro de um patamar mínimo.
486 Considera, ainda, que a legislação da Universidade já determina isso, e por esse motivo que
487 desejam saber o vai suprir esse novo estatuto. O **Representante Discente da Pós-Graduação**
488 **André Luís Gomes Antonietto** comenta que da perspectiva discente é muito interesse
489 perceber como esse assunto já tem um acúmulo de discussões entre os docentes e percebem
490 como a estrutura da própria USP não é democrática no sentido da participação discente.
491 Considera que o processo todo inclui muito pouco os discentes, e há muitos ponto a avançar
492 uma USP em termos de participação discente. Comenta que nenhum dos representantes
493 discentes sabia dessa questão e diz que é importante trabalhar no âmbito interno um diálogo
494 mais facilitado. O **Sr. Diretor esclarece** que esse material foi divulgado para os docentes. O
495 **Representante Discente da Pós-Graduação André Luís Gomes Antonietto** considera que é
496 um assunto essencialmente de interesse dos docentes, mas é também de interesse público, é
497 difuso, e esta sendo trazido para uma moção do Colegiado e é importante que todos possam se
498 aprofundar na discussão. Considera, ainda, que a questão de fundo não é somente esse
499 processo com foi feito, mas de fato a avaliação docente que entende ser um ponto central a ser
500 discutido conforme o próprio Prof. Associado Thiago Marrara de Matos manifestou. Comenta
501 que quando o representante discente recebe a pauta e vem os relatórios dos professores para
502 análise fica clara a falta de critérios e percebe isso até pelos pareceres que são muito distintos
503 entre eles. A **Prof^a Dr^a Fabiana Cristina Severi** esclarece que a Reitoria enviou aos docentes
504 o material pedindo colaboração, e considera esse mais um equivoco, pois, ainda que seja uma
505 minoria, há participação discente nos órgãos que vão deliberar o assunto, então discentes e
506 funcionários deveriam ter amplo acesso. Comenta que no *campus* de Ribeirão Preto esse tema
507 já foi objeto de vários debates que já foram promovido pela Adusp e Sintusp, e a Assembleia da
508 Adusp no *campus* teve abertura, e vários discentes de outras unidades participaram dessa
509 Assembleia e no comando de greve esse assunto também tem sido pautado. Diz que na greve
510 que foi iniciada na semana passada há dois pontos relevantes. Um deles é a questão do dissídio
511 e também a questão das reformas. O **Sr. Diretor diz** que conforme sugestão do Prof. Dr. Camilo
512 Zufelato submete ao Colegiado se de fato devem aprovar uma moção com base nas exposições



513 feitas. **A Congregação aprova, por unanimidade, a sugestão da moção e o Sr. Diretor**
514 **solicita que algum professor se encarregue da minuta da moção. A Prof^ª Dr^ª Fabiana**
515 **Cristina Severi aceita e diz que enviará a manifestação por e-mail.** Nada mais havendo a
516 tratar, o **Sr. Presidente agradece a presença** de todos e dá por encerrada a reunião às 15h30.
517 Do que, para constar, eu,  Márcia Aparecida Cruz de Oliveira Bianco,
518 Assistente Técnica Acadêmica, lavrei e digitei esta Ata, que será examinada pelos senhores
519 Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. Ribeirão
520 Preto, 3 de junho 2016.